

---

# ETNOGRAFIA RENOVÁVEL: SEIXOS ETNOGRÁFICOS E LABIRINTOS NO CAMINHO DA TEORIA\*

**Michael M. J. Fischer**

**Massachusetts Institute of Technology – Estados Unidos**

**Resumo:** Nos anos 1990 a antropologia engajou-se ativamente em estudos da ciência, assim como nos anos 1980 havia se vinculado ao feminismo, aos media studies, aos estudos culturais e pós-coloniais. Hoje, cada vez mais as linguagens culturais e o entendimento dos mundos contemporâneos evocam as novas ciências da vida e da informação. A abertura das análises culturais etnográficas aos momentos históricos nos quais são postas a funcionar faz com que sejam capazes de criar, como nos sistemas experimentais na ciência, novos objetos epistêmicos. Neste artigo são revisadas seis teses e cinco abordagens relativas à pedagogia para orientar as pesquisas de campo de candidatos ao doutorado.

**Palavras-chave:** análises culturais, estudos da ciência, etnografia, sistemas experimentais.

---

\* Este ensaio foi escrito originalmente a convite de George Marcus e James Faubion como prefácio de *Fieldwork is not what it used to be* (Faubion; Marcus, 2009). O livro visa a levantar questões sobre como escrever etnografias atualmente e como ensinar alunos no curso de graduação. Ele surgiu de um *workshop* que Marcus convocou no novo Centro de Etnografia da Universidade da Califórnia, Irvine. Recém-saído da Universidade de Rice, ele convidou seis doutores recém-formados, orientados por Jim Faubion e por ele próprio, e mais dois ligados à Rice – o primeiro, um antigo doutorando, o outro, um novo membro da faculdade. Em um estágio posterior, fui convidado a contribuir com o prefácio, pois havia feito parte de uma encarnação anterior do Departamento de Antropologia de Rice e um mentor para os dois últimos autores. À medida que fui lendo os rascunhos dos ensaios, reagi tanto positiva quanto negativamente: muito positivamente para os esforços de pesquisa em curso, e um tanto negativamente à retórica de caricaturização dos modos antigos de trabalho de campo, à escrita de etnografias e à construção de teorias antropológicas. O interesse principal de Marcus estava na pedagogia do processo de escrita de tese, que para mim são métodos etnográficos continuamente renováveis. A produção do conhecimento (tanto em antropologia quanto em qualquer outro campo) é uma espiral: as problemáticas em uma geração se exaurem ou não mais são consideradas produtivas, mas uma geração mais nova redescobre, reformata e as reaproxima para tratar temas sociais e culturais emergentes. Uma das coisas que torna isso possível é fornecer detalhes etnográficos à exaustão. Pode-se, então, voltar para trabalhos anteriores à procura de evidências empíricas, mesmo se a teoria ou o argumento não é mais aceito. Chamo isso de “ler pela etnografia”. Levando-se em conta que, em instrumentos legais, “o diabo está nos detalhes”, o mesmo acontece na etnografia: esses são os seixos que fazem a teoria abstrata rolar e levam a mais trabalho empírico e teórico, e labirintos (conexões múltiplas) que tecem a malha social. Para mais sobre seixos etnográficos e labirintos, ver meu *Anthropological futures* (Fischer, 2009).

**Abstract:** *Anthropology in the 1990s has actively engaged with science studies, as in the 1980s it engaged with feminism, media studies, cultural studies, and postcolonial studies. Cultural vocabularies and social understandings of today's worlds increasingly draw from the new life sciences and information sciences. The openness of ethnographically-empirically grounded cultural analyses to the historical moments in which they are put to work makes them capable, like experimental systems in science, of creating new epistemic things. Six dissertations and five approaches to pedagogy for first (dissertation) fieldwork are reviewed.*

**Keywords:** *cultural analysis, ethnography, experimental systems, science studies.*

## Introdução: etnografia não é mais o que foi, nem nunca foi

Do outro lado da porta ouço o clique de teclas de computador sob vozes entremeando alemão e inglês em uma teia de conversa nervosa. Já sei o rumo vago dos sussurros deste dia: a reportagem britânica sobre a mudança climática, um grito de incêndio em um teatro lotado que não tem saídas de emergência. Subitamente, eles estão preocupados: estamos matando o planeta. Surpresa.

[...]

Tudo se apresenta em camadas: pilhas sobre pilhas, fatos cobrindo ficções que repousam sobre fatos. (Melnyczuk, 2008, p. 5, 6).

Começo com uma “leitura pela etnografia” (ver nota inicial) dos repertórios atuais da concepção e da escrita do trabalho de campo, antes de passar ao que chamarei de “a marca de Rice” (a agenda de reinstrumentalização ou de renovação de métodos etnográficos explorados no Departamento de Antropologia da Universidade de Rice nas décadas 1980 e 1990), e então, em um terceiro momento, examinarei as possibilidades de treinamento do tipo oficina, atualmente chamados, na Universidade da Califórnia, Irvine, de “módulos parasítios”. Estes últimos são encenações de elementos selecionados de um “campo” que são levados até a universidade para gerar novas questões e revelações antes de voltar às fases renovadas de trabalho de campo (uma modalidade que também se mostrou efetiva no MIT – Massachusetts Institute of Technology).

Em um *workshop* apresentado no Centro de Etnografia da Universidade da Califórnia, Irvine, seis doutores recém-formados do Departamento de Antropologia da Universidade de Rice apresentaram relatos ou explanações

dos seus projetos de tese desenvolvidos no final dos anos 1990 e começo da década de 2000. Os temas de tais projetos eram: 1) arqueólogos e as comunidades locais cujo trabalho é contratado, cuja terra é escavada, e cujos precursores eles preparam para receber turistas; 2) as falsas estatísticas e as histórias de corrupção que não apenas habitam, como também estruturam as indústrias transnacionais humanitárias e desenvolvimentistas em lugares como Nigéria, Suíça e Washington; 3) as indústrias de capital de risco e suas reivindicações para a inovação, baseadas em um tipo de “capital social” que, em si, mostrou-se uma bolha financeira; 4) o projeto Ethical, Social and Legal Issues (ELSI) associado ao programa genômico HapMap (mapa haplotípico), que pode ilustrar a comodificação e a captura regulatória da bioética; 5) fóruns de justiça indígena que intermedeiam a autonomia das nações indígenas e o Estado-Nação em processos judiciais, burocráticos e criminais; 6) as tecnologias classificatórias e destinatárias de ONGs de direitos humanos e civis em Washington, D.C., recorrendo à (ilusão da) proximidade com o poder, e usadas como armadilhas para capturar, deliberar sobre o passado e preparar o futuro.

Essas são arenas ricas e substantivas nos mundos atuais, a serem lidas pela etnografia, incluindo-se as mediações de informações elusivas guardadas, empacotadas e comercializadas. As estruturas dos circuitos são, muitas das vezes, tão importantes de serem entendidas quanto a veracidade ou a validade dos fatos e factoides nos pacotes de informação em circulação. “Agrupamentos” são outra metáfora rápida para tais relações entre a efetividade de circuitos e de informação, que aludem tanto a ancestrais modernistas (montagem, colagem, construtivismo) como à pedagogia dos *design studios* (a qual iremos, como em espiral, voltar).

O fato de esses projetos terem interfaces com os *science studies* (estudos da ciência) é algo que, com alguma tensão, surge repetidas vezes nos relatos das teses. Será que essas interfaces contemporâneas (com seu selo de propriedade intelectual do tipo “veja e sinta”) são responsáveis pela noção de que a etnografia “já não é como era”? Ou serão elas substitutos úteis que articulam relatos que vão além de mistificações “confusas”, “contingentes” e “espon-tâneas”, feitas por gente que mal saiu da vertigem existencial do trabalho de campo e ainda sem certeza do que vai conseguir fazer? As etnografias “não são o que eram” porque, para começar, elas nunca foram assim. Mas, continuando a metáfora da propriedade intelectual, da marca registrada e da patente, serão as etnografias, atualmente, novas “composições da matéria”? Será que seu conteúdo as torna diferentes?

Uma resposta a essa pergunta requer *explicações* (ouvir, relatar), *projetos* (compromissos, objetos transicionais, projeções) e o trabalho ativo de valor agregado das *interpretações*. Nahal Naficy, uma entre os seis autores, chama isto de “encontros culturais entre diferentes modos de percepção e de representação da realidade, o que se poderia chamar de cultura, suponho”. Esses relatos, projetos e interpretações têm aplicação, tanto histórica quanto biográfica, para objetos e autores. Objetos transicionais (objetos etnográficos) são multifacetados, abrindo-se (quando observados) em labirintos também multifacetados.

### Lendo teses pela etnografia: explicações, projetos e interpretações

As teses são treinos dos primeiros projetos profissionais que se alongarão pela vida profissional de um antropólogo. Ouvindo (ou lendo) sobre como o trabalho de campo e a escrita foram feitos, pediu-se aos membros do grupo de trabalho que prestassem atenção aos relatos implícitos das explicações explícitas (nem sempre os autores sabem tudo sobre o que eles transmitem), ao *status* dos autores enquanto objetos transicionais (como antropólogos em treinamento) e às transformações dos encontros culturais no trabalho de campo conforme os autores vão ganhando experiência e sofisticação. Como Jacques Lacan, chegaremos aos analistas desses analisandos que se autodescrevem como os pedagogos (professores, mentores) que ocupam o lugar dos que devem saber, que refletem a luta perpétua contra os mitos das primeiras etnografias. Os investimentos nos resultados da etnografia sugerem constantemente novos arquivos, tanto para pedagogos quanto para aprendizes.

#### *Auditorias (escuta, contabilidade): entre os arqueólogos e os programas para Aids*

Este é o jogo. O hospital tem, para Cartum, um valor de propaganda. Alguém como a Amnesty International relata que o governo nega ajuda a Nuba, o governo aponta para nós e diz; “Errado, e existe a prova, um bom hospital de 120 leitos dirigido pelos alemães mais eficientes”. Mas nós também representamos um pequeno problema. O governo quer que os nubanos vão até os chamados campos da paz para tratamento médico. Uma vez lá dentro, é muito difícil sair... Somos um pequeno santuário aqui. Sendo assim, Cartum precisa de nós, por

um lado, mas nós, por outro, somos um obstáculo para que eles subjuguem os nubanos. Como consequência, fica um pouco mais difícil para nós. Nossos suprimentos de água? Manfred abriu uma torneira imaginária. “Suficiente para sobreviver, nada mais, e eu não ousou protestar”.

[...] Envenenar um poço era proibido pelo Alcorão, mas o livro sagrado nada dizia sobre explosivos plásticos, foi isso, então, que o *murahaleen* usou... A [água] era entregue por caminhões em tambores de cinquenta litros... quando o caminho... era transitável. (Caputo, 2005, p. 91).

“Eu pensei que os *dinka* estavam em guerra com os árabes”.

“Estamos, sim”.

“O que é que vocês estão fazendo aqui, então?”

“Não estamos em guerra com todos os árabes”.

“Você quer dizer, com a tribo deles? Vocês não estão lutando contra a tribo *messiriya*?”

“*Messiriya*. Estamos lutando contra eles o tempo inteiro. Os *messiriya* e os *dinka* –” Ele formou punhos e os bateu juntos.

Ela lançou um longo olhar inquisitivo a ele. “Estou confusa”.

“É mesmo. A guerra traz uma grande confusão... Os *omodiya* [clã] desses caras não estão em guerra contra nós. Por enquanto. Daqui a alguns meses –”... O clã fez as pazes com os *dinka* por enquanto, porque eles precisam levar o gado para pastar na suas terras e também ir até as suas cidades para comprar coisas. Sabão. Açúcar. Chá. Para vender escravos, também... Eles vão até o Norte, comprando escravos... e quando têm um certo número, eles os trazem até aqui para vendê-los de volta às famílias em troca de vacas ou cabras, às vezes por dinheiro... Três vacas por uma pessoa...

“Ao comprar a liberdade para essas pessoas estaremos promovendo o comércio ao invés de acabar com ele?... [Essa é] a crítica das Nações Unidas”. (Caputo, 2005, p. 139, 152).

As complicações superam os conceitos e os repertórios que recondicionam a realidade (o real) em modelos com os quais elaboramos nossas políticas, bioética, história, racionalizações.

O relato envolvente de Lisa Breglia sobre seu trabalho de campo nos sítios arqueológicos de Chichén Itzá, na península de Yucatán, no México (com seu século de história em que arqueólogos empregam o trabalho local, e com meia década de projeto Pakbeh, em Chunchucmil), é uma pesquisa sobre as comunidades de especialistas (os arqueólogos) e as comunidades da prática (a interface de arqueólogos, mão-de-obra local, e as comunidades locais

agraciadas com terras, os *ejidos*, nos anos 1930), com quem os arqueólogos devem negociar a permissão para as escavações. Breglia apresenta brilhantemente a experiência de suspender os métodos formais de trabalho de campo (anotações, perguntas formais) para dar lugar à livre associação do tipo “aha!”, que podem vir à tona de forma espontânea e inesperada, reordenando a compreensão anterior. Ela sugere que esse acordo tácito dos pesquisadores e seus interlocutores para fazer de conta que tais momentos são intervalos na pesquisa de campo, em vez de constituir o trabalho de campo em si, reflete algo sobre a estética e as modalidades da experiência de campo. Escapam, também, à instrumentalização dos projetos de ética dos Institutional Review Boards (IRBs) e ELSIs e que, em sua tese, Deepa Reddy (ver adiante) revê com ceticismo. Aqui Breglia volta-se, explicitamente, para a antropóloga e estudiosa das ciências Diana Forsythe como um exemplo. Forsythe examina os equívocos dos mitos de um único método científico nas ciências, especialmente na engenharia de *software* e nas tecnologias de informação. De modo semelhante, Breglia se mostra solidária às críticas do Departamento de Rice nos anos 1980, que reconheceram que a etnografia sempre foi experimental (Marcus; Fischer, 1986).

Breglia poderia ter avançado um pouco mais nas pistas trilhadas pelos estudos da ciência (*science studies*). Poderia ter comparado mais as “culturas dos especialistas” e as “culturas da prática” de várias ciências de campo (arqueologia, biologia de campo, ecologia, musicologia). Não faz sentido satirizarmos o “fantasma” do Modelo Tradicional de Pesquisa de Campo como algo a ser superado. Com certeza não foram uniformes – nem em método, nem em análise, nem em estilo comparativo – os projetos regionais, legais e econômicos do Rhodes-Livingston Institute, as pesquisas sobre a fome causada pelas práticas do trabalho nas minas de cobre, os testes Rorschach e TAT (Teste de Apercepção Temática) pilotados por Cora du Bois, os projetos comparativos estruturais sobre o plantio de coivara, os efeitos de tributação em espécie na agricultura de mercado, os estudos de realocação de aldeões em projetos de barragens, os seminários comparativos sobre o simbolismo católico e *ndembu* relatados por Victor Turner e Muchona, a separação da antropologia acadêmica e administrativa por Malinowski e Radcliffe-Brown. Nem o positivismo desses autores e a construção de arquivo podem ser facilmente descartados ou diminuídos.

Suspender os métodos formais *à la* Breglia poderia ser usado para explorar não somente as interações etnógrafo-arqueólogo, mas também a quantidade de energia, organização, conhecimentos e equívocos que permeiam as relações com a mão-de-obra local e as comunidades, ou seja, “os encontros culturais existentes entre os diferentes modos de percepção e representação da realidade”, que respondem pelo espaço do trabalho arqueológico. Não menos importante, aqui, é a disjunção entre os trabalhadores maiias, que não consideram os antigos, cujos artefatos estão sendo desenterrados, como seus ancestrais, ou que aprendem a fazer esta identificação pelo interesse que têm em participar do comércio do turismo. As questões éticas aqui são complicadas. Para Breglia, não é correto fofocar com os arqueólogos sobre suas descobertas diárias a respeito dos aldeões. O que dizer, então, das fofocas sobre as rivalidades e os ciúmes entre os arqueólogos? “Qual é o mais sujo de nós?” e “como é que ficamos tão sujos?” são brincadeiras inofensivas, mas também podem revelar questões éticas, de relações de poder, envolvendo coleções para museus, negociantes de antiguidades, e créditos nas publicações acadêmicas. E, de qualquer maneira, não expõem os seus escritos algo do que ela aprendeu sobre os aldeões para estranhos, incluindo precisamente os mais interessados, ou seja, os arqueólogos? Os efeitos das escavações sobre as comunidades locais e vice-versa (por exemplo o comércio ilícito de antiguidades) são um tópico de discussão longa, como são as lutas sobre usos ideológicos às quais estão sujeitas a arqueologia, assim como outras disciplinas históricas.

Os instrumentos etnográficos, em tais circunstâncias, não se reduzem à aplicação de ferramentas de senso comum a objetos de senso comum. Há, também, conversas animadas, discussões, debates e diálogos. Até mesmo para Clifford Geertz, tratava-se de uma questão de decifrar sentidos através de intersubjetividades. A leitura obtida indiretamente dos informantes consistiu em uma observação acerca da própria comunicação, da linguagem pública, da decifração de sinais, de gestos e de palavras, seja pelas diferenças dentro de uma própria comunidade, seja pelas diferenças linguísticas. Pode-se fazer isso de maneira técnica, interpretativa ou geral, mas nunca de maneira espontânea.

Breglia resiste ao reducionismo barato e a instrumentalizações triviais da etnografia. No entanto, não se pode dizer que certas formas de etnografia não possam ser usadas dentro e para corporações: reduções propositais do método etnográfico não apenas para fins instrumentais (para sentir os mercados, para melhorar a eficiência organizacional, a flexibilidade e o aperfeiçoamento

de “organizações de aprendizagem” ou para achatar estruturas hierárquicas), mas também para gerar conhecimento sobre símbolos, afeto, humor e vantagem comparativa. Não há nada de errado aqui com a etnografia praticada em corporações.

O relato de Kris Peterson sobre seu projeto de pesquisa com os programas de Aids e testes clínicos sobre drogas na Nigéria também tem um peso ético, embutido em relações complexas de poder e interesses contenciosos. Para seu trabalho de campo ela deve necessariamente negociar e tentar caracterizar questões de corrupção insidiosas e constantes, que envolvem grandes organizações – países produtores de petróleo, ONGs humanitárias transnacionais, companhias farmacêuticas nacionais e multinacionais, bancos e instituições financeiras – ansiosas por manter em segredo os fluxos de dinheiro e afastadas as suas origens sociais. A pesquisa gira em torno do que Naficy chama de “encontros culturais”, e que Peterson denomina de “rastrear esferas de conhecimento onde surgiram novos domínios analíticos e epistemológicos”. A questão central reside nos números onde não se produzem estatísticas confiáveis (vistosos números de relatórios, documentos de planejamento e legitimações de ações governamentais), e histórias paranoicas de conspiração que soam como alguma verdade, mesmo se totalmente falsas, ou histórias de coisas escondidas às claras, protegidas contra litígio ou extradição.

Como Breglia, Peterson volta-se para uma antropóloga e estudiosa das ciências, Kim Fortun, em busca de comparação e um caso análogo: o de Bhopal, depois do desastre da Union Carbide, e a necessidade de os advogados e defensores das vítimas trabalharem em um contexto de obstrução de informações e de classificações preconceituosas do Estado sobre os danos que elas sofreram. No caso nigeriano de Peterson, surge uma série de deformidades bem conhecidas: primeiro, a distinção “orientalista” entre fluxos legítimos e ilegítimos de capital em que os atores, em ambos os casos, são cúmplices, ou são os mesmos. Em segundo lugar, as políticas de ajuste estrutural que reduziram o Estado nos anos 1980, tornando-o incapaz de atender às demandas para policiar acordos da WTO-TRIPS (World Trade Organization/Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights) nos anos 1990, tais como o combate a medicamentos falsificados em um mercado em que 80% dos medicamentos eram efetivamente falsificados. Em terceiro lugar, a priorização da prevenção da Aids sobre seu tratamento, inclusive pela Organização Mundial da Saúde, por “razões de custo”, apesar de a economia



nigeriana gerar imensos lucros com petróleo. Em quarto, o programa de 2003, o United States President's Emergency Plan for AIDS Relief (PEPFAR), destinado a tratar 350 mil dos 5 milhões infectados pelo HIV, mas somente com medicamentos de empresas americanas. Como seixos desestabilizando essas formas macroestruturais – nas quais, segundo ela, “os recursos de auxílio ao desenvolvimento são usados para financiar militarização perpétua, medicina experimental (experimentos clínicos) e novos mercados de medicamentos” – a detalhada etnografia de campo de Peterson traça um conjunto complexo de interações.

Para ajudar a mapeá-las, ela lança mão do esquema de Fortun sobre “comunidades enunciatórias”, que são chamadas a operar pelas contradições e negociatas geradas na ação. Ao contrário dos grupos de interesse (*stake-holders*), as comunidades enunciatórias estão quase sempre divididas em algum tipo de condição instável de concessões entre necessidades em competição, concessões essas que podem ser boas por um tempo, mas provavelmente não duram. Ganha-se, assim, uma análise muito mais detalhada das forças e interações sociais e que sugere a vantagem de focalizar as contradições como fonte de dinamismo ou perturbação e desagregação. Fortun também chama a atenção para os gêneros e as retóricas que devem ser usadas em diferentes espaços públicos (petições legais, divulgação de informações, projetos políticos, boletins de protesto, histórias da imprensa).

A circulação de “epistemologias fantasmas” como formas de “encontros culturais”, realizadas em condições de escassez de informação verificável, foi representada por outros autores, tal como a ideia de “publicidade de escândalo” de Lawrence Cohen, no caso do transplante de órgãos na Índia, ou “histórias da máfia” na Turquia, dissecadas por Aslihan Sanal, ou, ainda, análises mais antigas, por Luise White, de lendas urbanas de vampiros na África Oriental. Os exemplos de Peterson são diferentes pela escala das circulações que ela nomeia e pela cumplicidade dos países ocidentais “legítimos”, ONGs e agentes do setor bancário. O que a etnografia acrescenta de valor agregado a uma literatura abstrata é o detalhamento que permite que entendamos o poder capilar, como diria Foucault, desses processos, e não apenas sua abstração. A única outra maneira de fazer isso é por meio de romances, como o notável *Acts of faith*, de Philip Caputo (2005), sobre o Sudão, as Nações Unidas e contrabandistas de ajuda e de armas, incluindo missionários americanos.

*Projetos (objetos transicionais, compromissos, projeções)*

Tinha me especializado em história oral. Minha habilidade era fazer com que as pessoas me contassem suas histórias enquanto eu guardava as minhas para mim. (Melnyczuk, 2008, p. 27)

A criança bem pode ser o pai do homem, mas desafio qualquer um a traçar uma linha reta entre eles.

[...]

O Pai era o mestre do não-dito. (Melnyczuk, 2008, p. 45).

As firmas de capital de risco na Coreia viveram de vento em popa de 1998 até 2001 – encorajadas por incentivos tributários e pelo crédito de estímulo à economia depois da crise financeira asiática – e, então, sofreram um colapso em 2002, quando o capital passou rapidamente para os investimentos com lucros muito mais elevados na China e para fusões e aquisições de firmas sólidas (em vez de firmas novas). Jae Chung trabalhou em várias dessas firmas por períodos curtos, e o que ela detalha em termos etnográficos é a retórica do “capital social” que essas firmas veem como o seu valor agregado. Este residia na vantagem que traria para os investimentos, na gestão ativa e na experiência que poderia prover a empresas iniciantes.

Tal fato se aproxima das epistemologias fantasmas, como aquelas traçadas por Peterson, mas Chung também aponta dois tipos importantes de objetos que se tornaram significativos nos estudos antropológicos da ciência: em primeiro lugar estão os instrumentos financeiros que “reformulam a escassez” (penso, em particular, no trabalho de Vincent Lepinay e Donald MacKenzie sobre tais “novas tecnologias”, mas também em Karen Ho, Karen Knorr-Cetina, David Stark, Daniel Beunza, Ben Lee e Annalise Riles na antropologia das finanças). Em segundo lugar, as noções de *assemblage* e a teoria do ator-rede (*actor network theory*) de Michael Callon e John Law. Chung faz uma crítica antropológica central sobre essa teoria, ela explica o mercado em termos semelhantes à teoria econômica, embora, ao mesmo tempo, alegue uma circularidade na última (economistas formatam seus relatórios sobre o mercado de maneira a meramente confirmar suas teorias). Além disso, ela parece usar a noção de *assemblage* de atores humanos e não-humanos para argumentar que, no caso de firmas de capital de risco, seu horizonte de conhecimento é restrito

ao nível das firmas, não conseguindo monitorar corretamente agrupamentos de escala maior, estruturadas de maneira não-linear entre micro e macro (o que leva seus empregadores a pedir que Jae recorte jornais à procura de “histórias interessantes” para ajudá-los em termos práticos). Já que o valor das firmas de capital de risco é de compromisso, os métodos padronizados de contabilidade não podem dar conta da sua importância. Em lugar de modelos não-lineares exatos, elas dependem de índices agregados de mercados de ações interligados e de taxas nacionais de juros.

Um terceiro objeto de análise potencialmente interessante, que ela diz ter falhado em mobilizar adequadamente, é a noção de “mundos sociais”, que idealmente podem ser cadinhos para a compreensão de influências não-formais na tomada de decisões. Tais mundos sociais são descritos de forma novelística em *Rigged*, de Ben Mezrich (2007), sobre a Bolsa de Valores Mercantil de Nova Iorque e o estabelecimento da Bolsa de Dubai.

Deepa Reddy segue um conjunto de objetos transicionais um tanto semelhante. Ela acompanha tanto o compromisso da reunião dos ELSIs com a comunidade dos imigrantes *gujarati* de Houston (para antecipar protestos, ou para interromper a coleta de sangue para um novo projeto de biociência, o mapa haplotípico) quanto o seu próprio desconforto por ter sido selecionada para o projeto porque era membro da comunidade. Como tal, foi “obrigada a construir e manter aqueles mesmos vínculos que se esperava que tivesse” e se tornou uma “produtora da cultura” com a qual ela própria teria que negociar. Se, nesse sentido, o projeto é transicional tanto na formatação de sua identidade quanto na relação da comunidade com o projeto em questão, existe um terceiro objeto mais perturbador que surge por meio do processo do ELSIs: uma prática rotinizada da bioética e da etnografia. “Praticamente todas as nossas decisões foram submetidas ao escrutínio dos IRB (Institutional Review Boards): a confidencialidade e o consentimento precisavam ser explicados a todo momento. A documentação tinha que ser assinada. Papeis de toda natureza, de atas de reuniões à milhagem, à quantificação da observação participante”. Aqui, o otimismo dos seus professores, de que o método pode ser “criado a partir de uma retórica de circunstância”, é bloqueado pelos IRBs, pelos financiadores, e por outras instâncias burocratizadas para a conveniência dessas grandes organizações, inclusive para proteção contra obrigações financeiras.

Além disso, o sangue em si aparece de maneira que teria deliciado o antropólogo David Schneider, principal fundador da Society for Cultural

Anthropology, que, de maneira superlativa, “definiu” o parentesco americano como uma combinação de substância (sangue) e código de conduta (Schneider, 1968). Para os *gujarati*, o sangue era “uma posse sem complicação, só que alienável”, enquanto para os bioeticistas era “abstrato, mas eticamente um problema”. Contabilidade de sangue e de parentesco à parte, Reddy achou o campo polarizado, de um lado, por críticos do HapMap Project, que a acusaram de cumplicidade; de outro, por promotores cínicos do processo ELSIs (tais como o geneticista James Watson), que o instrumentalizou apenas como uma maneira de antecipar críticas.

Ainda mais frustrante é a percepção dos cientistas de que os críticos sempre reinserem “raça” na discussão, exatamente quando o mapeamento haplotípico suplantaria a decomposição da biologia em seus elementos recombina-tórios. Teria sido interessante incluir uma discussão sobre os quebra-cabeças e as instabilidades da ciência na biologia haplotípica, em que uma contribuição poderia ter sido dada por um antropólogo de estudos da ciência. Podemos nos solidarizar com Reddy, que é definida entre dois polos – de um lado, os *area studies* (Índia) e, de outro, os estudos de ciência (*science studies*), onde justamente os *area studies*, para ela, não têm vez. Gostaria, entretanto, de sugerir que essa dicotomia também está ultrapassada, e que existe uma genealogia de estudos antropológicos da ciência que está atenta à geografia. Não se trata, apenas, da observação mecânica de que a ciência não tem um lugar definido e de que não passa de uma perspectiva europeia e americana; ao invés, trata-se da questão etnográfica sobre como a ciência se desenvolve em lugares diversos. Por sua vez, isso pode transformar em parte o que Reddy diz sobre a ontologia *dalit* em contestação cultural e cosmopolítica.

### *Interpretações (interfaces com o humano e o científico; com histórias e futuros)*

Não foi assim que Orfeu finalmente se livrou de Eurídice, embora os construtores de mitos façam de tudo para nos convencer que ele tinha cometido um erro e estava mortificado por perdê-la? Não olhar para trás era, todavia, sua única instrução. Olhe por cima de seu ombro uma única vez, e ela já se foi – e o que ele fez? (Melnyczuk, 2008, p. 59).

A História era um jogo que se desenrolava nas prateleiras da biblioteca, até que o Pai mostrou o quão bruto esse esporte podia ser. (Melnyczuk, 2008, p. 27).

O trabalho de Nahal Naficy é retoricamente oposto à frieza do relato de Jennifer Hamilton que, por sua vez, afirma que a sua inabilidade na condução da pesquisa de doutorado foi superada pelo seu papel gerencial no estudo HapMap (no qual Deepa Reddy era a ligação com a comunidade *gujarati*). Há labirintos identificados, mas não seguidos, na visão de Hamilton, principalmente a atitude imatura com relação ao ativismo na defesa de direitos (“um estágio razoavelmente consistente de indignação” que a levou a abraçar a etnografia), os modos como “os atores legais utilizam os idiomas da indianidade de maneiras novas e inesperadas” (referindo-se ao trabalho de Elizabeth Povinelli com defensores dos direitos territoriais dos aborígenes da Austrália; ela poderia ter citado também o trabalho de Alcida Ramos sobre “o índio hiper-real” no Brasil); e a maneira como seu primeiro projeto lidou com pessoas “vagamente afiliadas via convenções burocráticas, programas de bem-estar, práticas espaço-legais tais como vigilância policial, relacionamentos, políticas multiculturalistas e o meu próprio olhar etnográfico, repleto de uma história de associação com a antropologia”. Gostaríamos de ver alguma reflexão sobre essa associação e de como ela é negociada de modos diversos. Penso no termo “etnografia pública”, que a antropóloga Barbara Tedlock usa para descrever como os *mohawk* da área de Buffalo se apossam do trabalho que desenvolvem junto aos etnógrafos, mesmo fugindo de qualquer referência à “antropologia”.

O balé de Naficy (penso nas coreografias de Derrida) coloca uma importante questão: “Pode ser que o que não dissemos... foi o que salvamos?” Essa estética do comedimento – política, filosófica, estilística – tato, autopreservação e atenção recombinatória perturba deliciosamente as expectativas de todos os lados, especialmente quando o apelo para a transparência e a informação pode, em vez de gerar uma responsabilidade produtiva, tornar-se uma armadilha. A “função do narrador” do texto de Naficy é de uma *persona* dividida, talvez até mesmo um nervoso, no sentido do antropólogo Michael Taussig (isto é, expressivo de sistemas nervosos coletivos). Por um lado, o narrador é uma figura picaresca, alguém para quem as coisas acontecem no movimento da vida, e que as relata em tom de experiência. Por outro, a sua função é expressar resistência, por exemplo, a ser usada por algum ativista de direitos humanos como peça de publicidade no seu banco de dados. A ansiedade do narrador (como a de todas as pessoas hoje em dia) diz respeito ao funcionamento da semiótica da propaganda, tanto do jornalismo quanto dos

políticos, e ao reconhecimento de que tal semiótica raramente dá espaço para a vida real de qualquer pessoa. Essa “vida real” é a “amada” etnográfica, para usar um idioma poético persa: evasiva, tentadora, motivadora, tocante, sedutora e, por conseguinte, indomável e, portanto, viva (caprichosa, no idioma de Zizek; abjeta, no de Kristeva).

Uma segunda função, ou objeto etnográfico, é o rastreamento do mistério do político: a falta de direção da linguagem e da ação, a dispersão do poder, a função do rumor, as metáforas sugadoras (*khun-asham*) – Drácula, o nobre conde e a mente *selvagem* internos, o nobre selvagem emergindo no mundo da máquina de escrever. A fala política persa está imbuída de uma rica semiose de infecções e de corrupções infiltrantes, paranoias, teorias conspiratórias e reações afetivas aos óbvios erros escondidos na legitimidade oficial e na ilegitimidade moral (cometidos por vários lados: a monarquia anterior, a atual república islâmica, os americanos, os britânicos). Nessas modalidades onipresentes de relações interpessoais e barganhas próximas ao poder (em Washington, nesse caso), age uma rede imobilizadora, à qual o etnógrafo tem que resistir e mapear, evitando se tornar tanto um fornecedor de “pacotes de conhecimento” na feira *pundit*, quanto um traficante nessas acusações intensas e emotivas.

Nessa “paisagem de afetos”, um terceiro objeto etnográfico, como Naficy descreve em seu trabalho mais longo, o nome Drácula refere-se a uma modalidade de “deterioração de caráter”. É o conde Drácula interior, o portador de um passado glorioso que continua vivendo artificial e disfuncionalmente no presente, fora do tempo. Ele é tanto a velha herança de três milênios do antigo império como também a reinvenção da herança de 1,3 mil anos do islã. É isso que é evocado na história etnográfica de fundo de *Reading Lolita in Tehran* (Nafisi, 2003). Esse livro foi concebido e escrito no duplo momento de desunião: de um lado, o estimulante desfecho da Conferência de Pequim sobre as mulheres (que gerou reuniões feministas no Oriente Médio), e, de outro, a campanha de eleição do presidente Khatami, da qual Azar Nafisi e seu grupo acharam que nem valia a pena participar, tão alijados eles se sentiam. O primeiro momento indica que o grupo de leitura não era tão excepcional, que havia um movimento mais difundido, um sentido de problemáticas compartilhadas. O segundo indica uma clivagem dentro mesmo das correntes políticas progressivas do Irã, que pensaram que seu tempo havia chegado. Os tempos desencontrados tornam a se desencontrar quando Nahal Naficy é questionada,

em Washington, uma década mais tarde, com perguntas que têm como premissas o congelamento daquele momento de alijamento ou um momento anterior, de terror e de repressão, qual seja, se amigos e familiares haviam sobrevivido (muitos sim, muitos não, e Nahal quer continuar com a jovialidade da sua vida, e não com o Drácula envelhecido de feridas passadas).

Parte da resistência manifesta nesse texto refere-se às recusas historicizantes implícitas, mas sempre presentes, dos relatos culturais essencializados, e ao olhar frontal para o detalhamento das semióticas tragicômicas das emoções e dos afetos, o calor expressivo que frequentemente esconde uma ansiedade subjacente, uma intolerância de aço e jogos de manipulações mentais. Esse complexo de movimentos, contradições, conspirações, contágios, encontros culturais, temporalidades desarticuladas, como as “epistemologias fantasmas” de Peterson, as intensidades da “suspensão dos métodos formais” de Breglia, o capitalismo de compromisso de Chung implantado em agrupamentos não-lineares, o engajamento de Reddy para se tornar a produtora da cultura com quem estava para negociar, as indianidades retoricamente afinadas de Hamilton, afetos de ultraje e histórias angustiadas – todas são topologias centrais do tipo Fita de Moebius que proliferam na vida contemporânea. Elas foram tematizadas na teoria social e nos arcabouços filosóficos (a modernização de segunda ordem de Beck, com seu humor político bipolar, que oscila entre o *hype* e o cinismo; a lógica do cinismo de Zizek, no qual sabemos que as histórias oficiais são falsas e mesmo assim agimos como se elas fossem meras *per-versões*, contemporizações das quais rimos e com as quais nos enfurecemos, mesmo continuando como já se espera; a observação irônica de Adorno, de que agora vivemos todos em uma indústria da cultura e só de forma impotente podemos protestar, ou tirar algum lucro e prazer extras).

Esses são fatos sociais, bem mais complicados que o *kula* e o *potlatch*, mas nem por isso menos “duros” em termos de consequências e determinações sociais; sua repressão só faz com que eles voltem na forma de um jogo de esconde-esconde ou de *fort-da*.

## A marca de Rice e antropologias dos anos 1980

Existe, de fato, uma marca de Rice. Considero mais produtivo ler esses seis trabalhos de tese como se construídas sobre as antigas antropologias em vez de satirizá-las, desdobrando-se em uma nova era, como uma série

recursiva de conversações e experimentos intelectuais: o Círculo de Rice; o início da revista *Cultural Anthropology*; as críticas e debates em torno dos livros *Anthropology as cultural critique* (Marcus; Fischer, 1986) e *Writing culture* (Clifford; Marcus, 1986) o Rice Center for Cultural Studies e os seis anos em que abrigou o programa Rockefeller Residential Fellowship; os dez anos do Late Editions Project; o volume seguinte de *Critical Anthropology Now* (uma década após *Anthropology as cultural critique* e *Writing culture*); o envolvimento, com a chegada de James Faubian, com temáticas foucaultianas (tanto no idioma dos filosofemas clássicos gregos, para os quais ele trazia sua competência etnográfica como estudioso da Grécia, como na tradução e codificação do *corpus* foucaultiano, Faubion sendo um dos editores de coleções em inglês), assim como sua etnografia da discursividade fundamentalista em Waco, Texas; o início dos diálogos sobre estudos culturais transnacionais (China e Sudeste Asiático; com a presença breve de Ben Lee) e, com maior persistência, a antropologia e os estudos da ciência (*science studies*), por meio da contratação de Sharon Traweek, inicialmente, e depois de Chris Kely e Hannah Landecker.

Este não é o lugar para documentar essa história, mas apenas de apontar cinco aspectos que marcam tanto a produção do Departamento de Rice quanto ilustram a natureza em espiral da produção do conhecimento.

1) *Experimentos interdisciplinares*: o Círculo de Rice foi um grupo de discussão de professores composto, em princípio, de um núcleo de dois filósofos, dois historiadores, dois estudiosos da religião, dois estudiosos de literatura, assim como o corpo docente de antropologia (que incluía Kathryn Milun, especialista em literatura comparada, cujo objetivo era ajudar a combinar as filosofias críticas com interesse nas literaturas do Terceiro Mundo e pós-coloniais, as estratégias de leitura pós-estruturalistas e da desconstrução, e cujo próprio trabalho examinava projetos modernistas de colonização via demandas de *terra nullus* – as terras nas Américas e na Austrália estavam vazias e disponíveis para apropriação porque não havia nelas nenhum governo reconhecido –, e a agorafobia levando ao esvaziamento dos centros de cidades reconstruídas na Europa, após a I e a II Guerra Mundial, e nos Estados Unidos).

A agenda do Círculo de Rice envolvia engajamentos interdisciplinares em torno de temas anuais. Um dos temas mais consistentes foi a comparação e os fortes contrastes entre as práticas e as teorias da psicoterapia e da etnografia, exatamente porque a psicodinâmica e a hermenêutica psicanalítica (nas



suas várias formas) tinham impregnado tanto as humanidades. Durante um ano, houve a colaboração com profissionais de sistemas familiares no Texas Medical Center, observando e discutindo em conjunto gravações de consultas e intervenções familiares, fornecendo uns aos outros observações e interpretações contrastantes. Um pouco mais contenciosos foram os esforços para explorar a teoria crítica por meio da contextualização da ciência social e da reconstrução da história intelectual canônica, focalizando indivíduos icônicos e procurando dar sentido à sua argumentação.

2) *Releitura, recontextualização e reformatação da antropologia como crítica cultural* para o mundo contemporâneo, desenvolvidas em várias conjunturas históricas (I Guerra Mundial, Grande Depressão, II Guerra Mundial) e engajamentos com práticas adjacentes: a) a antropologia social na transição de gerações entre os grandes trabalhos comparativos do século XIX e o trabalho de campo detalhado do século XX; b) o realismo fotográfico e documental, surrealismo e o Collège de Sociologie, a readaptação de Freud e Marx pela Escola de Frankfurt para a política, propaganda e consumo na sociedade de massa dos anos 1930 e 1940; c) a nova mudança de geração nos anos 1960, integrando a economia política e a análise cultural, assim como a reabertura a questões de como a subjetivação e as subjetividades retrabalham noções mais antigas de afeto, emoção e pessoalidade; d) uma agenda de experimentação contínua para os anos 1980. O subtítulo de *Anthropology as cultural critique: the human sciences in an experimental moment* expressou os dois significados do experimento: as formas de arte experimental modernista e as crescentes desidealizações e variadas compreensões dos métodos das ciências experimentais como análogos e sujeitos para a validade nas ciências humanas e da comunicação. Se, por um lado, *Anthropology as cultural critique* focalizou relatos de trabalho de campo como testes cruciais para a formação da teoria social e testes epistemológicos para a crítica social e cultural, *Writing culture* renovou discussões sobre a composição e as formas retóricas na escrita etnográfica, utilizando novamente um diálogo interdisciplinar, nesse caso, com historiadores e estudiosos de literatura.

Os meus próprios experimentos com Mehdi Abedi, em *Debating Muslims: cultural dialogues in postmodernity and tradition* (Fischer; Abedi, 1990) foram ilustrativos dessa orientação, examinando a tessitura dos meios de comunicação orais, literários e visuais na pré e na pós-revolução no Irã, assim como nas transformações culturais e sociais no

Irã e na diáspora. O mesmo aconteceu em *Advocacy after Bhopal*, de Kim Fortun (2001). Na sua tese, ela literalmente construiu os capítulos em distintos gêneros retóricos, de acordo com as situações comunicativas em questão. A intenção era mostrar “performativamente” as diferentes modalidades de fazer a forma encaixar e interrogar o conteúdo, e explorar como a forma constrói o conteúdo. No livro que depois ampliou a tese em termos comparativos e transnacionais, esses gêneros foram integrados com uma matriz de questões analíticas em uma das mais influentes e harmoniosas etnografias da atual “nova ordem mundial”. Embora as críticas a *Writing culture* tenham sempre insistido que a marca de Rice se concentrava apenas na escrita e não no trabalho de campo, nenhuma dessas etnografias pode ser descartada como sendo somente sobre a escrita etnográfica, sem atenção à materialidade das questões políticas e econômicas.

3) *Reinventando a forma etnográfica da entrevista*. O projeto Late Editions, uma série de volumes temáticos ao longo da década dos 1990, procurou fazer encontros editoriais coletivos (incluindo todos os autores) para planejar os temas de cada ano e avaliar os artigos preliminares. A forma seria determinada pela riqueza do conteúdo etnográfico e poderia variar de transcrições editadas de forma superficial a perfis no estilo da revista *New Yorker*, ao estilo francês de *entretien*, no qual perguntas e respostas são retrabalhadas até que cada participante esteja satisfeito com o produto final, e até mesmo incluir, em um caso específico, uma colagem de documentos. Os tópicos variavam desde preocupações atuais formatadas em categorias-padrão – os novos Estados instáveis que resultaram do colapso da União Soviética e da Guerra Fria, imaginários técnico-científicos, meios de comunicação e corporações – até temas que respondiam à revolução nos meios de comunicação com a chegada da internet, em 1994, e que foram por ela intensificados e reformatados. Para uma resenha de como as mudanças de estilo de escrita nessa década seguiram a mudança na percepção dos meios de comunicação, consultar o último volume do Late Editions.

4) *A mudança nos principais interlocutores da antropologia*, das humanidades (anos 1980) para os estudos da ciência (anos 1990 e 2000). Por meio da “leitura pela etnografia”, observei os pontos de referência explícitos aos estudos da ciência (*science studies*) nos seis projetos de tese, mesmo que nenhum dos projetos possa ser explicitamente enquadrado como estudos de ciência. No início da década de 2000, o departamento reforçou essa conexão

pela contratação de Chris Kelty e de Hannah Landecker do Programa em Ciência, Tecnologia e Sociedade (STS Program) do MIT, apesar de que, no momento, eles tenham se transferido para a Universidade da Califórnia em Los Angeles.

5) *Intervenções no meio acadêmico e o mundo fora da academia.* O Rice Center for Cultural Studies, que dirigi durante seis anos, empenhou-se em promover o diálogo entre as abordagens da ciência social e das humanidades em um contexto global. O programa Rockefeller Residency Fellowships foi um mecanismo para trazer ao *campus* não somente pesquisadores internacionais, como também especialistas em temas e abordagens que não eram bem representados no colegiado, na expectativa de que sua presença encorajaria a contratação de novos profissionais com tais habilitações. Dessa maneira, e em apoio a grupos de leitura dos professores, o centro ajudou a promover a criação de áreas de interesse como feminismo (Jane Gallop), estudos cinematográficos (Tshombe Gabriel, Hamid Naficy), estudos africanos (Atieno Odhiambo, D.S. Masolo), religião comparativa (Masolo, Anne Klein) e outras.

A revista *Cultural Anthropology*, sob a editoria inaugural de George Marcus, também se empenhou em incluir colaboradores de outros campos além da antropologia, de modo a enriquecer as discussões em ambas as direções. A revista sinalizou materialmente seu objetivo com o formato de “pequena revista”, com bordas irregulares e capas de textura artesanal. Essa proposta vem sendo revigorada pelos atuais editores, Kim e Mike Fortun, voltando ao formato de pequena revista, agora colorida, configurando o conteúdo e as seções temáticas, e marcando a ideia do conhecimento espiral com lembretes em cada artigo, que indicam antecessores sobre o mesmo tema; implantando um *website* ativo; e construindo um conselho público de consultores-interlocutores externos à antropologia acadêmica.

Três campos externos ao mundo acadêmico estrito têm sido de contínuo interesse: arquitetura, formas de escrita, e etnografia nas grandes corporações. Jamer Hunt, que se doutorou nos anos 1980, construiu uma carreira em “mundos de *design*” (*design worlds*) na Philadelphia University of the Arts e na Parsons School of Design da New School for Social Research. Sua tese sobre Sylvia Bataille foi uma das quais centramos nossas discussões sobre a escrita experimental, juntamente com as teses de Jeff Petrie (uma colagem altamente evocativa de meditações e relatos etnográficos de grupos rebeldes minoritários cristãos no norte da Birmânia), Ryan Bishop (um romance sobre o horizonte

cultural na época da morte de Beethoven, em Viena), e David Syring (pequenos contos sobre a cultura da região de colinas, no Texas). A tese de Hunt, ele brincou na época, era uma tese sem centro e com uma estrutura espiralada recursiva: Sylvia Bataille ainda era viva, porém evasiva, e não desejava ser um tema de pesquisa. No entanto, por fazer parte de uma rede de celebridades e de produções, Hunt pôde explorar e configurar o tema. O trabalho de etnógrafos nos mundos corporativos tornou-se o objeto de discussão em um volume editado por Melissa Cefkin (2009), ex-aluna de Rice, *Ethnography and the corporate encounter: reflections on research in and of corporations*. Três estudantes de Rice trabalharam com as culturas de especialização e comunidades de prática de mundos corporativos, e ela é uma deles.

### Treinamento etnográfico no estilo de oficina: quatro propostas

O que esses seis projetos de tese nos dizem sobre as pedagogias para produzir etnografias atuais (e futuras)? Os orientadores das teses, Marcus, Fortun, Kely e Faubion têm quatro posições. Marcus vem formulando uma abordagem de treinamento do tipo oficina (*design studio*), que batizou de “parassítios”; Fortun dissemina táticas móveis de figura/fundo para lidar com sistemas abertos de compreensão da vida social; Faubion aborda a ética topologicamente; e Kely explora esferas públicas recursivas utilizando táticas experimentais de campo. Kely e Fortun se valem, de forma explícita, de abordagens da antropologia da ciência, enquanto Marcus vem, há muito tempo, reconhecendo a produtividade do envolvimento da antropologia com os *science studies*, e Faubion se mantém cético.

#### *Módulos “parassítios”*

O termo “parassítio” (*para-site*) tem sido metamorfoseado em um protocolo no estilo de oficina (*design studio*) para fazer com que algo etnográfico surja em um cenário artificial de um seminário universitário. Anteriormente, “parassítio” se referia a espaços e discursos à parte da antropologia, e que produziam as reflexões críticas que as ciências sociais se propõem. A inversão é dialética e dinâmica: “sítio” se torna “parassítio”, “parassítio” se torna “sítio”,

gerando, nos movimentos para a frente e para trás, novos discernimentos e perspectivas.

Inspirado no livro *Le parasite*, de Michel Serres (1980), o penúltimo volume da série Late Editions foi denominado *Para-sites: a casebook against cynical reason* (Marcus, 2000). Em artigos subsequentes, George Marcus e Douglas Holms modificaram o termo para “paraetnografia”, seguindo o argumento de *Anthropology as cultural critique*, de que o estilo etnográfico da crítica cultural depende mais da localização das críticas no jogo dos discursos no mundo do que do gênio inventivo do ensaísta-antropólogo. (Em *Debating Muslims*, Abedi e eu mostramos os recursos culturais internos da crítica nos mundos sociais islâmicos, assim como interculturalmente, em um mundo global, e o projeto *Late Editions* tinha como premissa entrevistar pessoas que estivessem interessadas em esclarecer como o mundo em mudança ultrapassou, tanto para profissionais quanto para analistas, as pedagogias comuns.) A dialética do Iluminismo ainda está conosco, embora muitas vezes a *sotto voce*, reconstruindo mundos sociais, trabalhando por intermédio dos problemas que nós mesmos criamos, encontrando novas composições materiais nas quais viver.

Em Irvine, Marcus transformou essas reflexões em uma verdadeira técnica de oficina e o termo “parassítio” assumiu o significado literal de um espaço diferente do verdadeiro local de pesquisa de campo. A ideia é utilizar projetos de teses em andamento e trazê-los, com alguns dos seus interlocutores, de volta à universidade. Um formato tão simples quanto uma discussão em mesa-redonda é suficiente. O autor da tese convida várias pessoas, com distintas perspectivas e pontos de vista, provenientes dos espaços discursivos nos quais a pesquisa se desenvolve e planeja a discussão de tal modo que outros colegas possam ter uma ideia da problemática e trazer para a discussão suas perspectivas, práticas disciplinares e *insights*. Esta é uma modalidade mais dimensional da técnica de oficina do que os usuais *workshops* de trabalhos em andamento, no qual as fontes de ideias vêm exclusivamente de uma disciplina ou somente da academia.

Além disso, trata-se de um esquema conceitual para o que, na verdade, já acontece ocasionalmente em conferências interdisciplinares ricas e explosivas, ou em cursos nos quais pessoas de fora da academia são convidadas para a sala de aula. Nesse contexto, elas podem interagir consigo mesmas e com acadêmicos fora de seus papéis definidos. Em um curso do MIT que

lecionei juntamente com o historiador da ciência Charles Weiner, sobre os locais de limpeza de dejetos tóxicos do Superfund em Massachusetts, reunimos gerentes e ativistas em um espaço neutro, estimulando diálogos inesperados. Em outro exemplo do MIT, uma verdadeira explosão pedagógica imprevista ocorreu quando uma analista de risco de uma escola de saúde pública foi desafiada por outras pessoas sobre modelos de riscos, princípios de precaução, estruturas de incentivo e má fé de corporações extrativas de alta lucratividade com os quais ela desejava colaborar. Tanto os ativistas quanto os guardiões acadêmicos se opuseram violentamente ao contexto desigual no qual a analista de risco estava inevitavelmente enredada pela corporação na sua rede de poder latouriana. Este foi um painel sobre o trabalho de campo de uma tese em andamento sobre conflitos entre interesses do petróleo e pesquisadores da saúde que coletavam dados sobre disfunções endócrinas. Não há solução educada para um seminário acadêmico.

Os módulos “parassítios” têm o potencial de focalizar a atenção na dinâmica analítica e de trabalho de campo de modo a reconfigurar o ambiente de treinamento acadêmico habitual. Trata-se de um cenário experimental, não no sentido dos “temas experimentais” dos Institutional Review Boards, mas no sentido de tirar de seu ambiente rotineiro e colocar em um espaço interativo um modelo de elementos, no qual todos os participantes podem pensar conjuntamente fora das rotinas normais do tipo etnógrafo-interlocutor. Essas são, na verdade, esferas micropúblicas no sentido habermasiano “quase-mas-não-consensual”, espaços para reflexão e debate que podem revigorar as modalidades da crítica cultural etnográfica.

### *Modificações figura/fundo em sistemas abertos*

Kim Fortun leciona a disciplina Análise Cultural Avançada, que confronta a natureza experimental dos métodos etnográficos sintonizada às linguagens de cientistas, advogados, profissionais de saúde pública e outros profissionais com os quais ela trabalha. Para seu projeto em toxicogenomia e sua colaboração em um projeto sobre asma e acúmulos tóxicos, ela precisa estar atenta às maneiras pelas quais grandes conjuntos de dados de múltiplas disciplinas são estatisticamente manipulados em conjunto para encontrar correlações de diagnósticos, ou mesmo causalidades potenciais. Ela observa como uma gama de próteses técnicas e recursos de informação tornam a oscilação entre figura

e fundo em rotinas de descoberta. As linguagens compartilhadas do “sistema aberto” e “complexidade”, da forma como são usadas por cientistas ambientais e computacionais, estrategistas militares e analistas financeiros fornecem as bases para o reconhecimento de encontros epistêmicos, e para a consciência de que mesmo modos bem intencionados em representar o desastre caem facilmente na trama dos desastres.

Esse é um conjunto dramaticamente novo de termos para análise em etnografia, oriundo das novas ciências, tecnologias e da consciência que elas trazem. E, no entanto, há, aqui, ressonâncias das estatísticas incertas, mas poderosas, de Kris Peterson, suas complexidades transmutadas em tramas de conspiração, assim como os “encontros culturais” de Nahal Naficy por meio de culturas de especialização, comunidades de práticas e facções de suspeita mútua, agora forçadas a trabalhar em conjunto. Elas operam em desastres como o vazamento químico da Union Carbide, em Bhopal, no qual o modo como as estatísticas eram coletadas ditava os tipos de auxílio médico e de outros socorros que o Estado estava disposto a fornecer, um dos tópicos da etnografia inovativa de Fortun (2001), *Advocacy after Bhopal*. Elas também operam em novos campos de informática tais como a toxicogenomia, nos quais bancos de dados são confrontados sem que se possa prever relações não lineares nos conjuntos, como Jae Chung colocou no seu trabalho em outro campo da informática, o do capital de risco.

Os projetos dos estudantes de Fortun no seu curso de Análise Cultural Avançada não são somente sítios pedagógicos, mas também espaços experimentais para a ambiciosa agenda de compreensão dos sistemas abertos que facilitam e canalizam, constroem e modelam nossas vidas, desejos, potencialidades e imaginação. Reconhece-se aqui não somente a mobilidade do objeto transicional do trabalho etnográfico (escaneando através de matrizes virtuais, filtrando variados objetos epistêmicos através de diferentes telas), mas também as ansiedades da coordenação de experimentações simultâneas.

### *Coordenações e composições da matéria*

Da mesma forma, a pedagogia de Kelty direciona doutorandos a desenvolver etnografias experimentais *com* (em vez de “de”) cientistas da computação que trabalham em tecnologias de máquinas de votação eletrônica,

ou com nanotecnologistas *wet/dry* preocupados em conceber nanopartículas seguras. Trata-se de parte de um projeto maior de compreensão de como a ecologia dos meios de comunicação, na qual todos nós trabalhamos hoje, pode ser modelada em esferas públicas recorrentes, permitindo que grupos sociais intervenham nas infraestruturas da sua própria simplificação e produção, ajustando, experimentando, alterando os seus elementos. “O campo de trabalho etnográfico”, afirma Kelty, “compartilha [a incompletude de Linux] contra o modelo de pesquisa que estabelece perguntas antecipadamente e para o qual o trabalho de campo é meramente uma coleta de dados.” É isso que precisa ser compreendido pelos Institutional Review Boards, se eles querem trabalhar com, e não contra, a criatividade e a utilidade etnográfica, já que o mesmo está no âmago de boa parte da atividade científica, da bioengenharia e da ciência da computação. O livro de Kelty (2008), *Two bits*, sobre a história do *software* de código livre e aberto, é não só um relato da história contemporânea das nossas novas infraestruturas de meios de comunicação, mas, ainda mais importante, um convite para mais experimentações com código aberto, com interoperabilidades e com diferentes funcionalidades. Desde o início dos anos 1990, os cientistas da computação desempenharam papéis centrais nos repetidos debates em esferas públicas sobre a arquitetura da internet, discutindo se a rede ficaria nas mãos das corporações ou simplesmente inacessível ao público em geral. Kelty observa que “mais frequentemente, elas se referem a [...] questões que não são vistas como *éticas* no cotidiano”, não no sentido moralista, mas, ao invés, como “consequências inevitáveis do fazer tecnológico”.

### *Ética da conectividade e comparações topologicamente moduladas*

“Conectividade” é um termo do nosso tempo, uma figura de linguagem da eletricidade que agora avançou para a era do computador e da internet, onde, mais uma vez, há grande preocupação com a interface e a ética da conectividade que afetam o desenvolvimento da personalidade e o vício (entre *on-line* e a vida real), responsabilidade, verificabilidade, integridade (entre o que se faz e que se mascara), desigualdades (entre os que têm acesso em alta velocidade e aqueles que não têm nenhum, ou poucas permissões), exclusões (mediante as interfaces das linguagens), e assim por diante.



De maneira jocosa (mas penso que errada), Faubion toma os *science studies* como se tivessem uma “ingenuidade epistemológica e uma feição ontológica nova”. A ontologia, no entanto, é “*as it is coded*” – um termo da ciência da computação que inverte o significado filosófico tradicional. As ontologias são as escolhas arquitetônicas que os programadores ativam ou bloqueiam. A sua cara nova é tão nova quanto os mais recentes *upgrades*, geralmente empilhados em gerações de códigos passados, camadas e atalhos que geram vírus na máquina.

De forma mais bem sucedida, Faubion se desloca para campos matemáticos do século XX, da topologia, triangulação, transformações de escala (o que funciona bem nas escalas quantum e nano funcionam de forma muito diferente na física de grandes escalas), fricções (também contradições, guerras de posição, ou mesmo guerra aberta) entre projetos em diferentes tipos de escalas, e métricas estabelecidas *versus* métricas potenciais (ou modelos virtuais).

Quando Faubion evoca termos como “telos” (vocabulário antigo) e “propósito” (vocabulário operacionalista), parece escorregar para um modelo neoliberal foucaultiano de antropólogos individuais sem plataformas ou colaborações coordenadas, certamente um modo de conectividade (como os arquivos de um antigo Mac, ou de um disquete de PC que apenas permitiam informações limitadas de cada vez) que há muito foi atualizada, graças ao trabalho paciente de limpeza de vírus, recodificação e orientando os seis projetos de tese aqui discutidos, por ele próprio e pelos outros professores. De fato, o próprio livro de Faubion (2001), *The shadows and lights of Waco*, é um projeto de etnografia e escrita experimentais sobre tempos desencontrados na melhor tradição de Rice.

## Conclusão: as voltas da etnografia

As complexidades da nossa época requerem habilidades etnográficas renovadas. Ao ler, pela etnografia, essas recentes teses e projetos pedagógicos, enfatizei neles as interfaces com estudos antropológicos das ciências e tecnologias contemporâneas. Vocabulários culturais e concepções sociais dos mundos de hoje cada vez mais usam analogias das novas tecnociências dos anos 1990 e da década de 2000, especialmente das ciências da vida e das ciências da informação – em vez das ciências mecânicas, físicas e fisiológicas,

que forneceram grande parte do imaginário funcionalista e estruturalista do início do século XX. O que está em questão não são somente novas metáforas ou melhores métodos, mas um retorno a algumas das mais fundamentais questões morais e culturais que a antropologia e a análise cultural há muito têm abordado: questões de diferenças de classe, guerras culturais, garantias sociais, reforma e justiça social; saúde mental e subjetivação; controles democráticos, instituições de debate ético, regulação e a lenta negociação da legislação internacional; acesso à informação e a formação de novos tipos de esferas públicas. A análise cultural baseada em trabalho empírico etnográfico tornou-se cada vez mais relacional, plural e consciente da sua própria historicidade e da natureza contextual dos seus próprios conceitos e instrumentos. A abertura aos momentos históricos em que se desenvolve a torna capaz, como os sistemas experimentais na ciência, de criar novas formas epistêmicas. A volta a questões fundamentais, morais e culturais – como o retorno à religião que Jacques Derrida salienta no seu comentário sobre a noção kantiana de religião nos limites da razão —, nunca é um retorno ao mesmo, mas mais como a respiração, um retorno depois de uma tomada de ar, uma renovação da pesquisa, uma espiral de produção e compreensão do conhecimento.

Hoje em dia, talvez necessitemos de uma imaginação mais informática e biológica. Tanto a biologia como a informação são formas vivas, sempre escapando dos seus limites e reguladores temporários, sempre criando novidades. O padrão da etnografia hoje é mais alto do que nunca: trata-se de abrir os relatos simplificados, possibilitando a cobrança em gradações diversas, marcando os labirintos de possíveis questões por sua relevância, suas reconceitualizações, seus pontos de não retorno, revigorando a sociedade civil e suas esferas públicas recorrentes.

Vejamos de novo os seis projetos de tese sobre arqueologia, organizações de desenvolvimento humanitário, capital de risco, bioética, fóruns de justiça e ONGs em Washington. Transformar o olhar da arqueologia como reconstrução da pré-história de vestígios materiais para relações entre trabalho, comunidades, turismo, mercados ilegais e nacionalismo não é denegrir a primeira, mas inseri-la em contextos mais realistas e pontos privilegiados de avaliação. Da mesma forma, os problemas da informação, conhecimento, compreensão e discernimento em mercados de capital de risco, descoberta de medicamentos e regimes de terapia e bioética tornam-se mais, não menos, manejáveis quando compreendemos as fontes das interações não-lineares que são simplificadas

excessivamente por vários algoritmos e modelos, úteis como recursos heurísticos, mas que criam problemas se considerados incontestáveis. As ilusões de poder e controle inspiradas pelo poder imperial refratam as ilusões de poder e o controle das grandes organizações, que operam com base em estatísticas heurísticas e narrativas criadas para simplificar e impor ordem em realidades vivas. Isso também ocorre com os projetos dos pedagogos: protegendo tecnologias de votação eletrônica de fraudes e de mau funcionamento sistemático, avaliando as alianças necessárias para novas nanotecnologias seguras, trabalhando com os acúmulos e interações misteriosos de inúmeras toxicidades.

Esses são os desafios da etnografia contemporânea, e nas pedagogias do aprendizado para lidar com eles os módulos de oficina parassítios podem ser importantes sistemas experimentais, da mesma forma como são os experimentos do mundo real com esferas públicas recorrentes. O mesmo acontece com os experimentos metodológicos e multidisciplinares que visam a incluir diferentes tipos de informática, de conjuntos de grandes dados cujas interconexões não podem ser controladas de forma simples. As analogias provindas dos mundos dos *science studies* muitas vezes não se referem à ciência em si, mas ao trabalho dos cientistas através de culturas disciplinares e subdisciplinares, e com os mercados e as políticas nas quais suas tecnologias devem ser implementadas e suas indagações sustentadas. Essas interações são mundos sociais emergentes (o próprio tema da antropologia) tanto quanto substitutos para os tipos de interatividade que a etnografia requer.

Finalmente, nada disso é inteiramente novo, e as etnografias antigas fornecem recursos valiosos para a compreensão de mudanças de paisagens, economias, ecologias, políticas, sistemas legais, etc. O que torna as etnografias menos ou mais valiosas em qualquer re-estudo ou esforço para reativá-las em novos mosaicos do conhecimento é a profundidade e a amplitude do seu detalhe etnográfico. Isso permanece verdadeiro hoje para as novas etnografias, nas quais há, frequentemente, uma tentação para disfarçar a etnografia ligeira com abstrações teóricas e superficialidades. Ligeira ou densa, a etnografia cresce em espiral, dando voltas e voltas, capturando novos *insights* à medida que as questões, as análises e os quadros teóricos mudam.

Revisão técnica da tradução: Mariza Peirano e Alcida Ramos

## Referências

- CAPUTO, P. *Acts of faith*. New York: Knopf, 2005.
- CEFKIN, M. (Ed.). *Ethnography@work*. New York: Berghahn, 2009.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Ed.). *Writing culture: the poetics and politics of writing ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- FAUBION, J. *The shadows and lights of Waco: millenarianism today*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.
- FAUBION, J. D.; MARCUS, G. E. (Ed.). *Fieldwork is not what it used to be*. Ithaca: Cornell University Press, 2009.
- FISCHER, M. M. J.; ABEDI, M. *Debating Muslims: cultural dialogues in postmodernity and tradition*. Madison, Wisc.: University of Wisconsin Press, 1990.
- FISCHER, M. M. J. *Anthropological futures*. Durham, N.C.: Duke University Press, 2009.
- FORTUN, K. *Advocacy after Bhopal: environmentalism, disaster and new global orders*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- KELTY, C. *Two bits: free software and the social imagination after the the Internet*. Durham, NC: Duke University Press, 2008.
- MARCUS, George (ed.). *Paranoia within Reason. Late Editions*, Vol. 6. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- MARCUS, George. *Para-Sites: A Case Book Against Cynical Reason. Late Editions*, Vol. 7. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- MARCUS, G.; FISCHER, M. M. J. *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- MELNYCZUK, A. *The house of widows*. Saint Paul: Graywolf Press, 2008.

MEZRICH, B. *Rigged*. New York: Harper Collins, 2007.

NAFISI, A. *Reading Lolita in Tehran*. New York: Random House, 2003.

SCHNEIDER, D. M. *American kinship: a cultural account*. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

SERRES, M. *Le parasite*. Paris: B. Grasset, 1980.

### Bibliografia complementar

FAUBION, J. *Modern Greek lessons: a primer in historical constructivism*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

FAUBION, J. (Ed.). *The essential works of Foucault*. New York: New Press, 2000. v. 2 (Aesthetics, method and epistemology), v. 3 (Power).

FISCHER, M. M. J. *From interpretive to critical anthropologies*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. (Série Antropologia Social n. 34).

FISCHER, M. M. J. Reading for the Ethnography. In: COHEN, D.W.; ATIENO-ODHIAMBO, E. S. *Burying S.M.* London: Heinemann, 1992.

FISCHER, M. M. J. *Emergent forms of life and the anthropological voice*. Durham, NC: Duke University Press, 2003.

FISCHER, M. M. J. Ethnography in/of/as Open Systems. *Reviews in Anthropology*, v. 32, n. 2, p. 171-190, 2003.

FISCHER, M. M. J. Culture and cultural analysis as experimental systems. *Cultural Anthropology*, v. 22, n. 1, p. 1-65, 2007.

FISCHER, M. M. J. Four genealogies for a recombinant anthropology of science and technology. *Cultural Anthropology*, v. 22, n. 3, p. 539-614, 2007.

KELTY, C. Geeks, internets, and recursive publics. *Cultural Anthropology*, v. 20, n. 2, 2005.

KELTY, C. Trust among the algorithms: ownership, identity, and the collaborative stewardship of information. In: GOSH, R. A. (Ed.). *Code: collaborative ownership in the digital economy*. Cambridge, MA: MIT Press, 2005. p. 127-151.

LANDECKER, H. *Culturing life: how cells became technologies*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007.

MARCUS, G. *Zeroing in on the Year 2000*. Chicago: University of Chicago Press, 2000. (Late Editions v. 8).

MARCUS, G.; HOLMES, D. Fast capitalism: paraethnography and the rise of the symbolic analyst. In: FISHER, M.; DOWNEY, G. (Ed.). *Frontiers of capital: ethnographic perspectives on the new economy*. Durham, NC: Duke University Press, 2006.

MARCUS, G.; SAKA, E. Assemblages. In: FEATHERSTONE, M. (Ed.). *Theory, Culture, and Society: Problematizing Global Knowledge*, 2006. (Special Issue).

Recebido em: 14/12/2008  
Aprovado em: 04/02/2009